

GRUPO DE TRABALHO DO SECTOR PRIVADO ESBOÇO DO DOCUMENTO DE REVISÃO CONJUNTA

1. Resumo

Em 2005, progressos significativos foram alcançados na melhoria do ambiente de negócios em Moçambique, sendo disso um bom exemplo o tempo necessário para iniciar um negócio, o qual reduziu de 153 dias há dois anos para 111 dias em 2005¹. Esta melhoria reflecte o empenho do governo tanto em relação ao progresso, como uma maior capacidade de o atingir em algumas áreas. No entanto, este empenho não se reflecte ainda em progresso em outras áreas consideradas críticas. O relatório “Fazendo Negócio de 2006” coloca Moçambique nas últimas posições do ranking.

Os dois objectivos a atingir em 2005 no âmbito do PAF eram: 1) iniciar a implementação do Código Comercial revisto (indicador 20) e 2) aprovar a nova Lei do Trabalho (indicador 21). Nenhum deles foi atingido nesse ano. Contudo, o novo Código Comercial foi aprovado no final de 2005 e as negociações sobre a Lei do Trabalho, em Março de 2006, estavam em fase de conclusão.

Para além dos indicadores do PAF, em 2005, o governo adoptou outras medidas destinadas a melhorar o ambiente de negócios, concretamente a abertura de Balcões Únicos em todas as províncias, a introdução de procedimentos simplificados para o licenciamento industrial, uma nova redução nos direitos alfandegários e uma implementação atempada dos passos concernentes ao Acordo de Comércio Livre da SADC. A exigência de vistos foi eliminada para alguns países da SADC, incluindo a África do Sul. Um novo Código de Registos foi aprovado em 2005 e progressos significativos realizados na área de informatização de registos, antecipando o lançamento de um programa piloto, em Maputo, em Agosto de 2006.

Em outras áreas referidas no Aide-Mémoire de 2005 o progresso foi fraco; (i) não foi analisada a questão das participações do estado nas companhias privatizadas (ii) não houve desenvolvimentos significativos na privatização dos (ou adopção de concorrência com) monopólios do estado, com excepção, apesar do grande atraso, da entrega do Corredor de Nacala; (iii) nenhum outro ministério seguiu o exemplo do MIC eliminando os incentivos perversos existentes no sistema de inspecção e multas; e (iv) o governo decidiu não efectuar uma Análise do Impacto Social e de Pobreza da terra, conforme compromisso assumido na Carta de Intenções assinada em 2004 com o FMI..

As experiências colhidas em 2005 incluíram (i) propostas legislativas específicas iniciadas fora do Governo (por exemplo, o esboço da proposta da Lei do Trabalho apresentada pelo sector privado) foram aceites pelo GRM e podem ajudar a melhor definir questões e acelerar as reformas; (ii) aviso atempado e consultas prévias são necessárias para sustentar propostas de mudança.

2. Avaliação Detalhada do Desempenho em 2005

¹ Fazendo Negócio (edição de 2005 e dados a serem publicados na edição de 2007), Banco Mundial.

As secções adiante descrevem em pormenor as realizações e insucessos em 2005; por um lado, melhor legislação, pagamentos mais rápidos do IVA, melhoria gradual do ambiente de comércio, diálogo intensificado com o sector privado; por outro lado, não houve melhoria na coordenação das iniciativas do sector privado.

Os pontos fortes em 2005 incluem o novo regulamento de compras do Estado aprovado pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2005. Isto, em conjunto com uma aceleração do reembolso do IVA e redução dos prazos de outros pagamentos do governo, fez deste um melhor e mais confiável parceiro em 2005. Enquanto os esforços do governo em relação ao IVA são positivos, os problemas resultantes de uma administração fiscal fraca permanecem.

Para além disso, em 2005, o governo avançou com cautela deliberada e de louvar em relação a várias novas iniciativas. Não foi criado um banco de desenvolvimento, em parte como resultado de análise de “melhores práticas” demonstrando que tais bancos raramente, se alguma vez, atingem os seus objectivos e não resolvem os problemas inerentes à expansão do crédito para o sector privado. Uma política de concorrência e/ou uma lei foi amplamente discutida, mas nunca finalizada em forma de lei. Finalmente, uma política industrial cheia de imperfeições, foi devolvida para introdução de melhorias após consultas com o sector privado. Uma iniciativa introduzida sem consulta prévia – *Aviso 5* – que reduziu drasticamente a disponibilidade de empréstimos em dólares – sofreu mudanças face à reacção negativa do sector privado.

Na área do comércio, Moçambique continuou a redução gradual de direitos aduaneiros iniciada há dez anos, reduzindo a tarifa mais elevada de MFN (excluindo o açúcar e o cimento) de 25% para 20%, enquanto continuam as reduções adicionais para a SADC, assinando acordos de livre comércio com o Zimbabué e o Malawi, continuando as negociações para um Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia, e assinando um Acordo Quadro de Comércio e Investimento (TIFA) com os Estados Unidos da América. Moçambique também iniciou activamente a implementação do Quadro Integrado (IF²) através de um grupo inter institucional (várias agências do governo, sector privado, sociedade civil) sob uma forte liderança do Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

Balcões Únicos foram abertos em todas as províncias em 2005, permanecendo apenas como facilitadores sem autoridade homologada. Não está claro se esta iniciativa tem o impacto desejado no registo e licenciamento de negócios e poderá ser um desvio para procedimentos mais eficientes. Ao mesmo tempo, o licenciamento industrial foi bastante simplificado. Progresso em outras áreas de licenciamento foi uma decepção – o novo regulamento do turismo agrava aparentemente a burocracia e aumenta intervenções desnecessárias do governo na actividade do sector privado.

O factor chave de reforço do desempenho em questões do sector privado é a presença de um grupo de interesses empresariais moçambicanos, muitos sob a alçada da CTA, dispostos a pressionar por reformas nas várias áreas. A advocacia por grupos de interesse coloca o governo sob um escrutínio e pressão saudáveis, e torna as reformas,

² Quadro Integrado para Assistência Técnica Relacionado com o Comércio.

quando ocorrem, de cariz nacional e não impostas pelos doadores. Assim, uma análise sobre a livre transferência de títulos de uso e aproveitamento da terra permanecerá na agenda do sector privado; a contratação de estrangeiros é outra área sensível que a CTA continua a levar avante. Além disso, os homens de negócios locais têm maior capacidade que os doadores e o governo para ponderar sobre a realidade com que são confrontados no terreno.

A fraqueza fundamental nesta área – ou pelo menos uma dificuldade – é a natureza multidisciplinar do trabalho relacionado com o sector privado. Ao contrário do que seria o normal, o grupo do sector privado é forte e coeso, mas confronta-se com uma representação desarticulada do governo representado por uma dúzia de ministérios, com o GASP (Gabinete de Apoio ao Sector Privado do MIC) a enfrentar um grande desafio para cumprir cabalmente o seu papel de coordenador. Deverá ser encorajado o esforço do governo e dos doadores para melhor gerir o trabalho no ambiente de negócios; o GASP, ou instituição equivalente deveria ter poder para conseguir que esta coordenação resultasse. Para além disso, uma melhor participação de outros grupos da sociedade civil – sindicatos em particular – em áreas do seu interesse, deviam ser fomentadas. O sector privado organizado também é vulnerável à captura por interesses particulares; conforme demonstra o forte apoio dado, no âmbito do novo regulamento de compras do Estado, a empresas nacionais.

3. Experiências colhidas

A principal lição que o PSWG tirou em 2005 é que o Governo responde de forma mais favorável a recomendações de políticas quando estas são dadas em conjunto pela comunidade doadora (que proporciona uma perspectiva comparada) e pelo sector privado moçambicano (que representa liderança local). A reforma do IVA e da Lei do Trabalho, onde há progressos, são um bom exemplo disto. Os doadores, o sector privado e os membros do governo a trabalhar nas reformas deverão explorar esta força, sempre que possível, nos próximos anos. Liderança, como demonstrado na implementação eficiente pelo MIC do IF, também é essencial para um processo de reforma sustentável.

4. Assuntos Transversais

Houve avanços significativos num assunto transversal, HIV/SIDA, com a ECOSIDA a formalizar a sua existência, criando-se, assim, uma ONG vocacionada para trabalhar com e para o sector privado na pandemia do HIV/SIDA. Na reforma legal, como acima mencionado o sector privado continuou a pressionar por uma melhor legislação nas áreas de importância para os negócios – especialmente a Lei do Trabalho e o Código de Registo. O esforço para estabelecer uma alternativa ao sistema formal de justiça para as disputas de contratos, Resolução Alternativa de Conflitos no âmbito do Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação (CACM), proporciona um quadro institucional capaz, mas ainda pouco usado pelo sector privado.

5. Acordo sobre os indicadores do PAF 2007-2009: adiado até Maio

6. Matriz do PAF 2005

Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado	Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a pratica de comércio	Revisão da Lei do Trabalho e Submissão à Assembleia da Lei de Trabalho Revista	20	Submissão lei	Não cumprido
		para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registro de negócio e reduzir a corrupção.	Revisão do projecto do Código Comercial	21	Implementação (sujeito a aprovação da AR)	Não cumprido